



Viseu, 20 de março de 2020

LINHA DE APOIO À TESOURARIA PARA MICROEMPRESAS DO TURISMO – COVID 19

Esta linha de apoio, criada por Despacho Normativo da Secretária de Estado do Turismo, tem uma dotação de 60 milhões de euros e visa apoiar as microempresas turísticas que demonstrem reduzida capacidade de reação à forte retração da procura que se tem registado em virtude do surto COVID-19.

1 – A quem se destina

Destina-se às Microempresas (menos de 10 trabalhadores e com volume de negócios anual que não exceda 2 milhões de euros) certificadas por declaração eletrónica do IAPMEI.

Destina-se também aos empresários em nome individual certificadas por declaração eletrónica do IAPMEI.

A certificação eletrónica pode ser obtida no seguinte link: <https://www.iapmei.pt/Paginas/certificacao-PME.aspx>

Refira-se que não se exige a existência de contabilidade organizada.

Estas empresas ou empresários têm que exercer, em território nacional, as atividades turísticas enquadradas nos seguintes CAE'S:

551 – Estabelecimentos hoteleiros

55201 – Alojamento Mobilado para Turistas

55202 – Turismo no espaço rural

55204 – Outros locais de alojamento de curta duração

55300 – Parques de Campismo e de Caravanismo

561 – Restaurantes

563 – Estabelecimentos de bebidas

771 – Aluguer de veículos automóveis

79 – Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas

82300 – Organização de feiras, congressos e outros eventos similares

93192 – Outras Atividades Desportivas, n. e. (atividades enquadráveis desde que exercidas por empresas de animação turística)

93210 – Atividades de parques de diversão e temáticos (atividades enquadráveis desde que exercidas por empresas de animação turística)

93292 – Atividades dos portos de recreio (marinas) - (atividades enquadráveis desde que exercidas por empresas de animação turística)

93293 – Organização de atividades de animação (atividades enquadráveis desde que exercidas por empresas de animação turística)

93294 – Outras atividades de diversão e recreativas, n. e. (atividades enquadráveis desde que exercidas por empresas de animação turística).

2 - Condições de elegibilidade do beneficiário

- a) Sede ou estabelecimento em território nacional
- b) Enquadrar-se num dos CAE'S acima referidos
- c) Demonstrarem uma situação regularizada perante a AT e a Segurança Social
- d) Encontrarem-se devidamente licenciadas para o exercício da respetiva atividade e devidamente registadas no Registo Nacional do Turismo, quando legalmente exigível
- e) Demonstrarem que a atividade desenvolvida foi afetada negativamente pelo surto do COVID-19.
- f) Não se encontrem numa situação de empresa em dificuldade, ou seja, numa das seguintes situações:
 - Empresa que exista há 3 ou mais anos, se mais de metade do seu capital social subscrito tiver desaparecido devido a perdas acumuladas
 - Esteja em processo de insolvência ou preencher critérios para ser submetida a um pedido de insolvência a pedido dos seus credores.
 - Sempre que a empresa tenha recebido um auxílio de emergência e não tenha reembolsado o empréstimo ou terminado a garantia ou tenha recebido um auxílio à reestruturação e ainda não esteja sujeita a um plano de reestruturação.
- g) Não ter sido objeto de aplicação, nos 2 anos anteriores à data da candidatura, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal.
- h) Não terem sido condenados nos 2 anos anteriores à data da candidatura, por despedimento ilegal de grávidas, puérperas ou lactantes.

A verificação do cumprimento das condições referidas nas alíneas d), e), f), g) e h) é concretizada por declaração efetuada pela empresa ou pelo empresário no formulário da candidatura.

3 - Tipo de Operação e condições

CRÉDITO – É um incentivo financeiro reembolsável, sem juros remuneratórios associados

LIMITE MÁXIMO DE FINANCIAMENTO POR EMPRESA/EMPRESÁRIO – O apoio financeiro corresponde a € 750,00 mensais por cada posto de trabalho existente na empresa a 29 de fevereiro de 2020, multiplicado pelo período de 3 meses, até ao montante máximo de € 20.000,00, por empresa.

No que respeita aos sócios gerentes da empresa, a sua função também é considerada para efeitos de cálculo do apoio financeiro, desde que a função seja remunerada e conste da declaração de remunerações entregue na Segurança Social.

PRAZO MÁXIMO DE REEMBOLSO – O apoio financeiro é reembolsado no prazo de 3 anos a contar da celebração do contrato, incluindo um período de carência de 12 meses.

REEMBOLSO – Prestações de igual montante com uma periodicidade trimestral.

BONIFICAÇÃO DA TAXA DE JURO: 100%.

GARANTIAS – Nas sociedades comerciais, um dos sócios deve prestar a sua fiança pessoal no momento da contratação do apoio. No caso de se tratar de um empresário em nome individual, o mesmo é pessoalmente responsável pelas obrigações assumidas.

4 - Candidaturas

As candidaturas são apresentadas através de formulário disponível no PORTAL DO TURISMO DE PORTUGAL, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Declaração de remunerações da Segurança Social relativa aos trabalhadores existentes na empresa em 29 de fevereiro de 2020
- b) Autorização de consulta eletrónica da situação tributária e contributiva tendo em conta os seguintes dados do Turismo de Portugal, IP, necessários para a autorização: Número de Identificação Fiscal 508666236 e Número de Identificação da Segurança Social 20003562314
- c) Código de acesso à certidão permanente de registo comercial.

As candidaturas são apresentadas no portal business do Turismo de Portugal, IP; através de formulário disponível no Sistema de Gestão de Projetos de Investimento, e que poderá ser acedido no seguinte link: <https://business.turismodeportugal.pt/pt/Paginas/homepage.aspx>

Não foi definida uma data limite para apresentação de candidaturas. Esta linha de apoio manter-se-á em vigor até ser alcançada a dotação orçamental prevista, no valor de 60 milhões de euros.

5 - Considerações gerais

Alerta-se para o facto de que a empresa está obrigada a manter os postos de trabalho e, em julho terá que apresentar um documento comprovativo da manutenção dos postos de trabalho existentes em fevereiro deste ano.

CONHECER PARA CRESCER